

06/04/2010

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 339.656 PIAUÍ**

**RELATOR** : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
**AGTE.** : ESTADO DO PIAUÍ  
**ADV.** : PGE-PI - JOÃO EMÍLIO FALCÃO COSTA NETO  
**AGDAS.** : MARIA EVANGELISTA DA SILVA SANTOS E OUTRAS  
**ADVDS.** : MARIA AMELIA SILVA CAVALCANTE E OUTRO

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDORES MILITARES. PENSÃO POR MORTE. AUTO-APLICABILIDADE DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. NATUREZA DAS PARCELAS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

É auto-aplicável e possui eficácia imediata o dispositivo constitucional que garante a integralidade da pensão por morte.

A discussão quanto à natureza das parcelas que compõem os vencimentos ou os proventos é de natureza infraconstitucional.

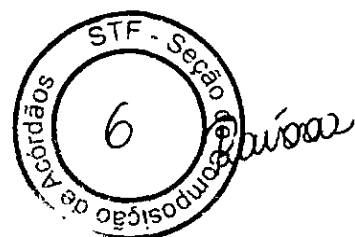
Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 06 de abril de 2010.

  
JOAQUIM BARBOSA - Relator



06/04/2010

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 339.656 PIAUÍ**

**RELATOR** : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**  
**AGTE.** : **ESTADO DO PIAUÍ**  
**ADV.** : **PGE-PI - JOÃO EMÍLIO FALCÃO COSTA**  
          **NETO**  
**AGDAS.** : **MARIA EVANGELISTA DA SILVA SANTOS E**  
          **OUTRAS**  
**ADVDS.** : **MARIA AMELIA SILVA CAVALCANTE E OUTRO**

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):** É este o teor da decisão com que neguei seguimento ao agravo de instrumento (fls. 181):

"Trata-se de agravo de instrumento interposto de decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se aponta violação da garantia constitucional do devido processo legal e do art. 93, IX, da Constituição.

2. O agravante alega que, além da afronta aos dispositivos constitucionais citados, a decisão recorrida poderá causar danos à economia e ao patrimônio do Estado ao garantir a integralidade das pensões por morte.

3. A jurisprudência deste Tribunal concluiu pela imediata eficácia e total aplicabilidade do preceito constitucional que garante a integralidade da pensão por morte, observando-se apenas as limitações de valor previstas na Constituição para todas as espécies remuneratórias (cf. AI 505.486, rel. min. Sepúlveda Pertence, DJ 14.06.2004; AI 485.980, rel. min. Carlos Velloso, DJ 10.02.2004, e AI 373.824, rel. min. Néri da Silveira, DJ 21.03.2002).

4. Além disso, a análise da apontada violação ao devido processo legal exige, no caso, interpretação das normas processuais



AI 339.656-AgR / PI

*infraconstitucionais pertinentes, providência inviável em recurso extraordinário.*

*5. Por fim, constato que a fundamentação da decisão recorrida foi suficiente para dirimir a controvérsia e atendeu à determinação contida no art. 93, IX, da Constituição Federal.*

*Do exposto, nego seguimento ao presente agravo."*

Dessa decisão, interpõe-se agravo regimental em que se alega, com fundamento no RE 173.682 (rel. min. Sydney Sanches, Primeira Turma, DJ de 19.12.1996): "Como já decidido por esta Corte: diárias, auxílios transporte ou mudança etc... não podem ser incorporadas aos vencimentos dos servidores inativos, até porque temos a necessidade de que haja a prestação do serviço para que as mesmas surjam" (fls. 185-186).

Mantenho a decisão agravada e submeto o agravo à apreciação da Turma.

É o relatório.



**AI 339.656-AgrR / PI****V O T O**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):** Sem razão a parte agravante.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pela imediata eficácia e total aplicabilidade do preceito constitucional que garante a integralidade da pensão por morte, observando-se apenas as limitações de valor previstas na Constituição para todas as espécies remuneratórias (cf. AI 505.486, rel. min. Sepúlveda Pertence, *DJ* de 14.06.2004; AI 485.980, rel. min. Carlos Velloso, *DJ* de 10.02.2004, e AI 373.824, rel. min. Néri da Silveira, *DJ* de 21.03.2002).

Contudo, o agravante sustenta que a indenização para moradia, a gratificação de representação, a gratificação de representação de gabinete e as diárias constituem verbas devidas em função do serviço desempenhado e da ocorrência de situação de serviço ativo.

É certo que, no julgamento do RE 173.682 (rel. min. Sydney Sanches, *DJ* de 19.12.1996), a Primeira Turma, ao apreciar a extensão aos inativos de vantagens concedidas aos ativos, fez breve ressalva quanto à hipótese de não-extensão em face da própria natureza das vantagens e benefícios, referindo-se às diárias, à verba para mudança etc.



**AI 339.656-AgR / PI**

No caso concreto, nada se disse anteriormente a esse respeito. Somente agora, em agravo regimental, surge essa alegação.

De qualquer forma, o exame da natureza das parcelas que compõem os vencimentos ou os proventos não é cabível em recurso extraordinário, por ser de natureza infraconstitucional (cf. RE 438.034-AgR, rel. min. Carlos Britto, Primeira Turma, *DJ* de 03.03.2006; AI 251.929-AgR, rel. min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, *DJ* de 21.11.2000, e, em decisão monocrática, RE 432.451, rel. min. Carlos Britto, *DJ* de 26.10.2004, e AI 395.005, rel. min. Ellen Gracie, *DJ* de 18.11.2003).

Do exposto, nego provimento ao agravo.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 339.656**

PROCED. : PIAUÍ

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

AGTE. : ESTADO DO PIAUÍ

ADV. : PGE-PI - JOÃO EMÍLIO FALCÃO COSTA NETO

AGDAS. : MARIA EVANGELISTA DA SILVA SANTOS E OUTRAS

ADVDS. : MARIA AMELIA SILVA CAVALCANTE E OUTRO

**Decisão:** Negado provimento. Votação unânime. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. **2ª Turma**, 06.04.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador